

# PARA ALÉM DO COMERCIAL: AVANÇOS, FUNDAMENTOS E ENTRAVES DO “NOVO MODELO” DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Rafael Moraes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta o florescimento na América Latina de um novo modelo de integração. O mesmo é expresso como novo, pois, se difere dos seus congêneres pretéritos, particularmente no fato de não se centrar na questão comercial. É argumentado que tal modelo reflete alterações geopolíticas no mundo e na região, que deram luz a percepção de que a integração propicia maior eficiência às políticas públicas que visem solucionar problemas comuns aos países da região. Por fim, são indicados alguns entraves que ainda impedem o processo de progredir de forma mais acelerada.

**Palavras Chave:** Integração, América Latina, Políticas Públicas.

**Abstract:** this article introduces the development of a new model of integration in Latin America. The process itself is described as new outcome, given that it differs from its previous similar, specifically as to the fact that it doesn't focus on the commercial approach. It's been debated that the model reflects geopolitical changes in regions and in the world as a whole. Those changes have brought light to a common sense that integrations push political measures to address common problems of countries in a region. At last, some obstacles are indicated as a downturn on the efforts to accelerate the process.

**Keywords:** Integration, Latin America, Public Policy

**JEL:** F53

## Introdução

Durante mais de quinhentos anos de História, desde que, o hoje denominado, continente Americano foi encontrado pelos europeus, poucas vezes se falou tanto em integração regional como no período atual. No entanto, a primeira vez em que tais aspirações teriam sido aventadas foi ainda durante as lutas pela independência da América Espanhola. Simón Bolívar foi

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Email: moraescuba@yahoo.com.br

Recebido em 04/05/2010. Liberado para publicação em 08/02/2011.

o líder de maior destaque, a defender as vantagens da união das antigas colônias espanholas, a fim de se posicionarem de forma soberana, não só diante de seus antigos colonizadores, mas dos impérios americano e português, no norte e no sul do continente. Depois de Bolívar, outros rebeldes, guerrilheiros e intelectuais latino-americanos também expressaram ideais integracionistas, sem, no entanto, alcançarem resultados exitosos. A antiga colônia espanhola dividiu-se em cerca de vinte pequenos países, em sua maioria insulares, na América Central, além de nove nações na América do Sul. Estes países somados ao Brasil, às Guianas, ao Suriname e a outras pequenas nações de colonização francesa, inglesa ou holandesa na América Central formam hoje o conjunto de nações conhecido como América Latina.

Após estes fracassos iniciais, seria apenas já no século XX que as propostas de integração ganhariam uma defesa mais científica e argumentos mais técnicos. Já nesta nova fase, durante os anos 1960, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe – CEPAL apresentou sua tese, segundo a qual, a integração dos mercados latino-americanos seria essencial para a realização do desenvolvimento industrial da região. Os termos “cepalinos” constituíam-se em uma resposta ao início da crise do desenvolvimentismo que se acreditava então, devia-se ao esgotamento do mercado consumidor, restrito as esferas nacionais. Em outras palavras, como o processo de desenvolvimento, na maior parte dos países da região, era baseado no protecionismo à indústria nacional, os mercados consumidores ficavam restritos às fronteiras de cada país. Este fator, por sua vez, acarretava em ineficiência de escala para muitas indústrias, o que inviabilizava o dinamismo da economia.

Imbuídos desta inspiração, diversas organizações multilaterais foram criadas neste período, sendo a mais importante delas, a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), hoje Associação Latino Americana de Integração (ALADI), que reunia países da América Latina na iniciativa de criar uma área de livre comércio. Os desdobramentos seguintes da história econômica da região não permitiram o avanço destas organizações. Durante mais de vinte anos grande parte dos países foi tomada por regimes autoritários, que, ao mesmo tempo em que promoviam o desenvolvimento da economia de seu país, associado ao capital internacional, possuíam uma ideologia fortemente nacionalista, o que manteve qualquer proposta de integração fora dos planos.

Foi durante os anos 1980 que, com a queda dos regimes autoritários e, a explosão das dívidas externas, os países voltaram a procurar a aproximação regional. Neste período, mais uma série de acordos sub-regionais foi efetivada. Na década de 1990, entretanto, o enfrentamento à chamada crise da dívida e a instabilidade de preços, levou a grande maioria dos países a implementação de políticas de corte liberal. A abertura alfandegária foi realizada de forma radical e unilateral por praticamente todos os governos deste período. Neste contexto, tanto os novos acordos regionais, como os antigos foram reformulados, transformando-se em espaços de promoção do livre comércio, seguindo, aliás, tendência mundial.

Novamente uma crise, agora no final do século, afetou grande parte dos países da região. Num primeiro momento os acordos, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN) esfriaram, diante das respostas nacionais, dadas à crise. A partir do início do novo século, entretanto, um novo *boom*, no processo de integração ocorreu. A percepção do surgimento de governos contrários às políticas aplicadas na região, durante os anos 1990, sobre forte influência americana, propiciou o aparecimento de algumas características diferentes neste processo.

Surgiu na região, a idéia de que a integração poderia ser utilizada não apenas para facilitar as transações comerciais, mas principalmente para fortalecer e legitimar as políticas de enfrentamento aos problemas estruturais do subcontinente. Difunde-se a tese segundo a qual a cooperação multilateral na construção de políticas voltadas para resolver questões que são comuns aos países as tornariam mais eficazes. Daí resulta o aparecimento do que tratamos como um novo modelo de integração.

Desta maneira o objetivo do presente trabalho consiste em apresentar este “novo” modelo de integração na América Latina, primeiro contextualizando-o aos processos desenvolvidos nos últimos cinquenta anos, para em seguida apresentar os avanços e os obstáculos para sua real efetivação. Assim, o artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção será apresentada uma síntese dos processos de integração na região desde os anos 1960, culminado nos avanços do chamado “novo” modelo. Na segunda seção serão apresentados os fundamentos deste modelo de integração, bem como os obstáculos colocados diante de sua total implementação na região.

## **1. Breve história da integração regional na América Latina dos anos 60 ao início do século XXI**

Durante os anos 1960, período caracterizado pelo modelo de substituição de importações, no qual a proteção à indústria nacional exercia papel fundamental no desenvolvimento da economia, surgiram as primeiras medidas relevantes de integração dos mercados na América Latina. Nesta década, economistas ligados à CEPAL detectavam o surgimento de gargalos ao desenvolvimento das economias nacionais, vistos na dificuldade de setores industriais com expressivos ganhos de escala em tornar viável a instalação de plantas nos países da região. Os pesquisados “cepalinos” defendiam que devido aos mercados reduzidos as empresas destes setores que operassem em determinado país certamente apresentariam excesso de capacidade instalada.

Dentre as soluções propostas por estes analistas, desde a necessidade da distribuição de renda, incorporando parcela da população marginalizada ao mercado consumidor, até a integração com outros países da América Latina, foram aventadas como soluções a fim de ampliar o mercado. Em outros termos, a criação de um bloco econômico na região seria considerada como uma etapa necessária para a instalação de um parque industrial mais dinâmico, na medida em que a intensificação das trocas comerciais poderia acarretar na viabilização de empresas mais eficientes, através do aproveitamento de economias de escala na produção, propiciadas pela ampliação dos mercados e pelas vantagens da especialização (BRAGA, 2001, p. 4).

[...] em vez de procurar implantar toda a sorte de indústrias substitutivas, cada país poderá especializar-se naquelas que julgar mais convenientes, de acordo com seus recursos naturais, com as aptidões de sua população e com as possibilidades de seu próprio mercado; e recorrerá a importações provenientes dos demais países latino-americanos para satisfazer outras necessidades de produtos industrializados que não tenham podido ser atendidas por importações do resto do mundo (CEPAL, 1959, p. 362).

Neste espírito, é que foi criada, em 1960, a ALALC, com pouca representatividade prática. A disseminação de golpes militares pelo continente, bem como o relativo êxito das políticas de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, aplicadas no continente esvaziou a Associação. Durante anos, a instituição plurinacional da região que apresentou o melhor funcionamento foi a conhecida Operação Condor, um acordo entre os regimes militares do subcontinente voltado para a identificação e extermínio de agentes de oposição. Na área econômica os maiores países da região – México, Brasil e Argentina – empreenderam-se em alternativas unilaterais de desenvolvimento voltado para o mercado interno. Por sua vez as economias menores, com maiores dificuldades em superar seus problemas de escala, mantiveram alguma tentativa de agrupamento sub-regional. Deste modo, em 1969, foi firmado entre Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, o Acordo de Cartagena criando o Pacto Andino. Com a ascensão de Augusto Pinochet ao governo chileno, em 1973 este país se retirou do Pacto, que mais a frente passaria a se chamar Comunidade Andina de Nações (CAN). Atualmente, após a saída da Venezuela, em 2005, a CAN congrega Peru, Bolívia, Equador e Colômbia. Ainda nos anos sessenta, foram formados o Mercado Comum do Caribe (CARICOM) e o Mercado Comum Centro Americano (MCCA), fechando este primeiro ciclo de integração da América Latina (ROCHA, 2004, p. 81).

Após um lapso de período, apenas durante a década de 1980, quando se iniciou o esgotamento das políticas de desenvolvimento voltadas para o mercado interno, e a conhecida “crise da dívida” assolou a imensa maioria dos países latino-americanos, insurge um novo *boom* de iniciativas integracionistas. Ainda em 1980, em reunião no Uruguai, foi firmado o Tratado de Montevideu – TM80, transformando a antiga ALALC em Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Nesta nova fase, entretanto, ganhou destaque a aproximação das economias do Cone Sul – Brasil e Argentina – através das tratativas entre os governos Raul Alfonsín e José Sarney<sup>2</sup> que culminariam no Mercado Comum do Sul, formado por estes dois países mais Paraguai e Uruguai. O MERCOSUL, definitivamente firmado por meio do

---

2. Primeiros presidentes civis após as ditaduras militares nos respectivos países.

Tratado de Assunção, em 1991 está atualmente em processo de aprovação do ingresso da Venezuela como membro pleno do grupo<sup>3</sup>. O México, por sua vez passou a integrar o Tratado de Livre Comércio do Atlântico Norte (NAFTA), juntamente com EUA e Canadá, em 1994. Todas estas propostas de integração implementadas neste período apresentavam como objetivos centrais a redução das barreiras comerciais e a expansão dos mercados nacionais visando a um mercado regional comum. Neste perfil, enquadraram-se não apenas o Mercosul e a ALADI, mas também a reestruturada CAN, o CARICOM e os vários outros acordos bi ou multilaterais do período.

O Mercosul, em particular, teve início como uma zona de livre comércio, contando com instrumentos para em pouco tempo tornar-se uma união aduaneira, e mais a frente um mercado comum (DUHALDE, 2005, p. 6). Seguindo este processo, o mesmo implementou sua união aduaneira, embora de forma incompleta, já em 1995, quatro anos após o Tratado de Assunção, e menos de dez anos após o início das conversações entre Sarney e Alfonsín (FARIA, 2004, p. 127). A Tarifa Externa Comum (TEC), crucial para união aduaneira, a ser implementada gradualmente até sua plenitude prevista para 2006, entretanto, sofreu vários reveses ao longo do decênio 1995-2005. As agudas crises por que passaram os países da região neste período fizeram com que a TEC não fosse alcançada plenamente. Várias exceções aos acordos tarifários foram criadas, tanto para proteger algum setor nacional, quanto para abrir o mercado às importações extrabloco, como ocorreu com a redução para 0% das tarifas de importação de bens-de-capital realizada pela Argentina, em 2001. (KUME e PIANI, 2005, p. 385). Neste contexto houve forte retração do processo de integração da região. As oscilações entre aproximação e distanciamento das economias cingidas ao sabor das crises que as assolavam periodicamente, levaram a que as exceções praticamente assumissem o lugar da regra e o processo de integração fosse posto à margem.

A despeito desta instabilidade vista no comportamento de sua institucionalização, o Mercosul logrou ampliar consideravelmente o comércio intrabloco, principalmente durante a década de 1990. Em 1991 as importações intrabloco representavam 6% das importações totais do Mercosul, passando,

---

3. Para o ingresso definitivo do país na entidade falta apenas a aprovação do protocolo de adesão pelo Parlamento paraguaio.

este número, para 19,2%, em 1999. Por seu turno, as exportações internas saltaram de 11,1% para 20,4% do total exportado pelos quatro países no mesmo período (FARIA, 2004, p. 143). Tal acontecimento não se limitou apenas ao Mercosul. A CAN, que em 1993 tornou-se uma zona de livre comércio, também ampliou consideravelmente seu comércio intrabloco (CAN, 2009a). As exportações intracomunitárias saltaram de pouco mais de um bilhão de dólares em 1989 para 4,94 bilhões em 2003 (TIZÓN, 2005, p. 160).

A redução de tarifas alfandegárias e a abertura comercial da região, entretanto, estiveram fortemente ligadas à reestruturação das economias da América Latina após a crise da dívida. Neste período, passado o final dos anos 1980, ascenderam ao poder em quase toda a região governos alinhados com o ideário neoliberal. O empreendimento destes governos residia em acabar com toda a estrutura estatal construída durante os 40 anos anteriores. Desta forma a política que caracterizou toda a região esteve marcada por privatizações, abertura comercial, desregulamentação e contracionismo nas políticas fiscal e monetária, visando a reduzir os déficits público e externo e, assim, acabar com os altos índices de inflação. Dentro deste rol de políticas houve em praticamente todos os países da América Latina, forte e unilateral redução de tarifas alfandegárias. A crença, neste período, era a de que apenas a abertura aos mercados internacionais possibilitaria a realocação correta dos preços através do aumento da concorrência e da absorção de capitais e de tecnologia externos. A política externa por sua vez buscou uma aproximação com os EUA, a fim de atrair para si parte dos frutos da bem sucedida gestão Clinton na economia americana. Neste sentido a integração comercial da região pouco tinha de ingredientes locais. Sua lógica seguia a risca o padrão globalizante e liberal das políticas ditadas a partir de Washington. Assim, mesmo os blocos como a CAN que haviam surgido na década de 1960, com ideais de uma integração mais completa se reajustaram a nova ordem mundial. O Mercosul e ALADI, da mesma forma deixaram de lado propósitos que não visassem à aceleração do processo de liberalização comercial na região. Visto sob este ângulo é possível compreender a instabilidade do processo de integração neste período. Voltado quase que inteiramente às questões comerciais, o mesmo não possuía alicerces que o permitisse resistir às crises que abalaram as economias nele inseridas.

Neste contexto de fragilidade dos blocos sub-regionais, foi desenvolvida nos Estados Unidos a proposta de expansão do NAFTA para todo o continente. Assim, foi apresentado por este país, o plano de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com o intuito de estabelecer um estado de livre comércio do Alasca até a Terra do Fogo – exceto Cuba. A ALCA se sobreporia aos acordos sub-regionais instalando a total união dos mercados locais. A mesma, como era de se esperar também não continha traços de integração continental que fossem além da liberalização comercial.

A proposta da ALCA, entretanto, não encontrou boa aceitação em grande parte do continente. Se alguns governos fortemente alinhados aos Estados Unidos e ao chamado “Consenso de Washington”, como exemplo, Carlos Ménen, na Argentina, viam com entusiasmo o acordo, outros países, como o Brasil<sup>4</sup> não eram tão entusiastas. Tal fato ocorreu, pois o próprio governo americano, preso aos *lobbies* internos, não possuía total autonomia para negociar com os demais países vários assuntos. Um fator gerador de bastante tensão nas negociações ficou por conta da redução dos subsídios americanos ao setor agrícola, exigência feita pelo Brasil, e não atendida pelos EUA. Outros obstáculos que travaram as negociações foram referentes a serviços, compras governamentais e propriedade intelectual. Além disto, a proposta da ALCA chegou a América Latina num momento em que parte da região já começava a sentir mais fortemente as consequências mais duras de sua total submissão ao neoliberalismo. Neste contexto, a crise argentina detonada em 2001, que levou o país ao caos, e a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela, com um discurso de alteração radical da política neoliberal, entre outros fatores, deixaram o projeto da ALCA com espaço reduzido no subcontinente.

A vitória de George W. Bush, do partido Republicano, nas eleições americanas de 2000 acabou de alterar o quadro das relações EUA-América Latina. O novo governo americano não se mostrou tão disposto quanto seu antecessor em negociar multilateralmente a construção de um livre mercado regional. A opção de Bush foi de investir pesado nas negociações bilaterais. Desta forma, foram iniciadas conversações para a realização de Tratados de

---

4 Neste período o Brasil era governado por Fernando Henrique Cardoso, que a despeito de dirigir um governo considerado liberal não aderiu imediatamente a tese da ALCA especialmente por razões comerciais.



Livre Comércio – TLC, com vários países – Peru, Colômbia, Uruguai, Chile, Equador, entre outros da América Central. Destes apenas os TLC com Equador e Uruguai não foram concluídos. Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o governo americano distanciou-se ainda mais da América Latina. Se sua política para a região já era relapsa antes deste episódio, após a guinada de atenções para a “Guerra ao Terror”, o subcontinente ficou definitivamente à margem na política externa americana (ITUASSU, 2006, p. 103-106).

Coincidência ou não, foi durante o governo Bush que a insatisfação frente aos resultados da política neoliberal, aplicada na América Latina durante os anos 90, ampliou seus resultados. Após 2002, uma série de presidentes caracterizados por bandeiras ou pelo histórico de enfrentamento às políticas neoliberais, foi eleita. Neste perfil podemos enquadrar Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2002), Tabaré Vázquez (2002) no Uruguai, Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Corrêa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Maurício Funes em El Salvador (2009)<sup>5</sup>. Estes novos governos, mesmo não formando um todo homogêneo se somaram a Cuba e Venezuela numa demonstração inegável de que o projeto neoliberal fracassou na região.

Neste novo contexto, do início do século XXI, se iniciou uma nova etapa no “processo” de integração do continente. Neste período a região tem visto não apenas uma ampliação dos esforços integracionistas, mas principalmente uma mudança qualitativa no perfil destes projetos. Em outras palavras, as mais recentes propostas de união das nações latino-americanas são caracterizadas pela busca de uma aproximação política, social, e solidária, e não apenas comercial, entre seus membros. Enquadram-se neste novo campo, ações como a União das Nações Sulamericanas (UNASUL), o Banco do Sul, o Parlamento do Mercosul (Parlasul), a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), além de convênios setoriais, como os estabelecidos pela Venezuela com países da América Central para fornecimento de petróleo com preços abaixo do mercado.

---

5 Destes presidentes Nestor Kirchner foi sucedido por esposa aliada Cristina de Fernandez em 2006, Lula da Silva foi reeleito no mesmo ano, Tabaré Vazquez foi reeleito em 2006 e sucedido por seu aliado “Pepe” Mujica em 2010, Evo Morales foi reeleito em 2009 e Rafael Corrêa, em 2010.

Entre as ações de maior alcance, é possível destacar a UNASUL, que foi planejada em 2004 na Cúpula de Chefes de Estado Sulamericanos, realizada em Cuzco, no Equador, como Comunidade Sulamericana de Nações (CSN), e previa, ao longo do tempo, uma integração aos moldes da Comunidade Européia de Nações. Em 2007, na Cúpula Energética da CSN, realizada na Ilha Margarita – Venezuela, o projeto teve seu nome alterado para União das Nações Sulamericanas (UNASUL). Finalmente em 2008, na Cúpula realizada em Brasília, a UNASUL teve firmado seu Tratado Constitutivo (CARDONA, 2008, p. 20). O primeiro diferencial da UNASUL reside no fato de ser, a mesma, a primeira iniciativa de integração que conta com a participação de todos os doze países sulamericanos<sup>6</sup>. Por seu turno, a mesma se diferencia das iniciativas pretéritas na região por deixar a integração comercial em segundo plano, dando destaque, entre seus objetivos, para uma união política, estratégica, energética, social, educacional, cultural entre os povos, tendo por finalidade eliminar as desigualdades sócio-econômicas e alcançar a inclusão social e a participação cidadã (UNASUR, 2008a, p. 140). Como dito, a UNASUL, corresponde a ação de maior alcance dentre aquelas que se enquadram no novo perfil de integração na América Latina<sup>7</sup>.

A Alternativa Bolivariana para as Américas - ALBA, por sua vez, a despeito de menor espaço na região possui um caráter bem mais ousado de integração dos países. Nascida do enfrentamento as tratativas para a formação da ALCA, o bloco formado por Venezuela, Bolívia, Nicarágua e Cuba, com apoio de Haiti e Equador, não encontra adeptos entre os setores mais conservadores ou mesmo entre os “esquerdistas” moderados da região. Mesmo restrito a poucos países, o bloco “fortalecido” pelo petróleo venezuelano conseguiu concretizar algumas realizações importantes, tal como o acordo Cuba-Venezuela de fornecimento de petróleo a baixo custo tendo como contrapartida o envio de médicos cubanos para prestarem serviços em bairros carentes da Venezuela.. O apoio técnico e financeiro de Cuba e

---

6. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

7. A despeito de ser a UNASUL um acordo restrito as nações da América do Sul, existe em seu próprio Tratado Constitutivo a indicação de que após a consolidação do bloco sua tendência é expandir-se até englobar toda a América Latina, tendo como membros plenos México, América Central e Caribe.

Venezuela a campanha de combate ao analfabetismo na Bolívia é outro projeto de êxito no escopo do bloco. Da mesma forma, o apoio venezuelano à criação de um Banco de Fomento ao Campesino na Nicarágua. (HOUTART, 2007, p. 11). Destaca-se também a criação da Petrocaribe, um acordo de fornecimento de petróleo a baixo custo firmado com países do Caribe, pelo governo venezuelano (SERBIN, 2007, p. 192).

Para Serbin (2007), a ALBA busca eliminar as causas dos entraves da integração regional, quais sejam, a pobreza, as assimetrias entre os países, o comércio desigual, as dívidas impagáveis, as imposições de programas de ajuste e de regras comerciais rígidas, a monopolização dos meios de comunicação e os impedimentos à transferência de conhecimento e tecnologia.

Em linhas gerais, a ALBA pode ser caracterizada como parte do projeto denominado “Socialismo do Século XXI” encabeçado pelo Presidente Venezuelano Hugo Chávez, que defende a implementação, no continente, de um modelo de sociedade “menos desigual”. De acordo com Serbin (2007), o bloco é uma ação geopolítica alternativa à hegemonia dos EUA no continente, que tem dificuldades em avançar para outros países devido à rejeição de alguns governos à retórica personalista de seu líder maior, Hugo Chávez. Ainda assim, a V Cúpula da ALBA, realizada em 2007, na cidade de Barquisemeto, na Venezuela contou com a participação de representantes do Uruguai, e dos estados insulares caribenhos St.Kitts-Nevis, São Vicente e Granadinas, e Dominica. Estes últimos beneficiários da Petrocaribe, o que mostra que a organização não está tão isolada no subcontinente, fato que pode ser considerado mais uma mostra de que os ares mudaram fortemente nesta parte do globo.

Já, o Banco do Sul, foi proposto inicialmente pelo governo venezuelano no interior da UNASUL. Não tendo sido encampado por unanimidade por seus membros – quesito obrigatório para a criação de projetos integrados ao bloco – o Banco vem sendo desenvolvido como entidade autônoma. Em dezembro de 2007, os Presidentes de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela subscreveram sua Ata de fundação em reunião realizada na cidade de Buenos Aires, na Argentina (ALADI, 2008, p. 59). Nesta Ata, os fundadores do Banco apresentam seus objetivos e justificativas. De acordo com a mesma:

[...] las estructuras económicas y financieras de América del Sur evidencian limitaciones en el desarrollo de los mercados financieros, lo que provoca que los ahorros nacionales fluyan hacia economías más desarrolladas en lugar de ser invertidos en proyectos de carácter regional, pudiendo tales recursos orientarse internamente para elevar la disponibilidad de liquidez, revitalizar la inversión, corregir las asimetrías, desarrollar la infraestructura integradora, promover el empleo y activar el círculo virtuoso, fundamental para la transformación económica, social y política de la región.(ACTA, 2009).

Desta forma o Banco do Sul propõe-se como um Banco de Desenvolvimento voltado para a alocação da poupança dos países membros para a consolidação de projetos de infraestrutura, educação, distribuição de renda e redução das assimetrias regionais. É importante ressaltar que sua estrutura institucional prevê participação igualitária – um país, um voto – em todas as suas decisões (ALADI, 2008, p. 60), mesmo sendo sua capitalização realizada a partir da magnitude das economias partícipes. No caso, para a capitalização inicial do Banco, foram previstos aportes de dois bilhões de dólares, a serem realizados por Argentina, Brasil e Venezuela, de 400 milhões por Equador e Uruguai, cabendo a Bolívia e Paraguai aportarem 100 milhões de dólares cada (UGARTECHE, 2008, p. 19).

O Banco do Sul é visto pelos países fundadores como o início de um processo amplo, que passa pela integração das Reservas Monetárias através da criação de um Fundo de Reservas Regional, e posteriormente de uma moeda única para todos os países, construindo assim uma nova arquitetura financeira regional. Assim, segundo Corrêa (2009) a América do Sul poderá melhor aproveitar os mais de 300 bilhões de dólares em reservas, que hoje se encontram em Bancos Centrais dos EUA e da Europa, para proteger suas economias das crises financeiras mundiais, bem como para financiar projetos de desenvolvimento na região.

No âmbito do Mercosul, dois avanços no sentido de uma integração para além do comercial merecem destaque. Primeiro o reconhecimento das assimetrias entre os países membros, a partir de 2003 na Cúpula de Assunção, que impulsionou a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Este Fundo composto com recursos dos quatro membros do Bloco proporcionais ao seu peso econômico é utilizado para o

financiamento de projetos nas economias menos desenvolvidas, com a finalidade de reduzir as assimetrias. Outra ação recente dentro do Bloco foi a criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), em 2003, com a finalidade de discutir assuntos políticos que interessam a todo o Cone Sul. Atualmente o Parlasul é composto por parlamentares de cada país indicados pelos respectivos Congressos Federais (MATHIAS, 2008, p. 74). Estas mudanças estão inseridas numa série propostas previstas num Programa de Trabalho para 2004 a 2006 que buscou alterar o perfil de integração do Bloco, estabelecendo objetivos nas áreas social, institucional, de relações externas, dentre outros temas (DUHALDE, 2005, p. 9).

Por fim, a Comunidade Andina de Nações também tem tido avanços neste sentido, como fica claro nesta afirmação contida em documento oficial da organização:

En la presente década, se fueron haciendo cada vez más notorias las limitaciones del modelo abierto de integración, que si bien había permitido el crecimiento del comercio, mantenía intocados los problemas de la pobreza, de exclusión y de desigualdad. Es así como en el 2003 se incorpora la vertiente social al proceso de integración y se dispone por mandato presidencial el establecimiento de un Plan Integrado de Desarrollo Social y poco a poco se va recuperando para la integración los temas de desarrollo que estuvieron presentes en los inicios del proceso, pero que habían sido abandonados (CAN, 2009b: s/p.).

Como notamos o período recente pode ser considerado o mais próspero, quando falamos em integração regional, principalmente devido ao aumento da amplitude tanto do número de países envolvidos, quanto do escopo dos projetos. A esfera comercial deixou de ser o centro do processo de integração e se projetou um modelo diferente que não segue as etapas tradicionais: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e integração econômica completa. O novo modelo de integração compreende o político, o social, o ambiental, o cultural e o econômico. Consiste num processo de integração inovador, mais amplo, que abarca todas as áreas onde os Estados possam assumir acordos concretos em setores como os de energia, infraestrutura, finanças, políticas sociais, educação, entre outros (SÓLON, 2008, p. 15).

Infelizmente, os projetos deste novo modelo de integração, entre eles a UNASUL e Banco do Sul, pouco apresentaram de resultados práticos. Sobre este aspecto veremos, na seção seguinte, o quanto ainda há a caminhar e quais os principais obstáculos neste caminho.

## **2. A integração e o desenvolvimento econômico e social:**

### **os fundamentos e os obstáculos**

A América Latina é hoje indubitavelmente uma região estrategicamente fundamental para o futuro da humanidade. Contraditoriamente sua história tem sido marcada pela insistente pobreza, injustiça social, violência e baixo dinamismo econômico vividos pela maior parte de sua população. Neste cenário torna-se fundamental reconhecer que, tantos os problemas quanto as riquezas aqui encontrados são em sua maior parte comuns a toda a região, e não particularidades de seus países isoladamente. É fácil perceber que o acesso a serviços sociais básicos como saúde, educação e saneamento, entre outros é mal oferecido a parcelas consideráveis da população de praticamente todos os países do continente. A desigualdade de renda e de acesso a terra é comum a toda a região. A dependência econômica das exportações de matérias primas ainda marca a maior parte das economias da região, mesmo a de países industrializados como o Brasil. A violência das grandes cidades impulsionada pelo tráfico de drogas se distribui por toda a região de forma interconectada num sistema complementar entre países produtores, revendedores e consumidores de narcóticos. Estes, dentre outros fatores marcam uma integração intrínseca da região, em suas virtudes, mas principalmente em seus problemas.

Esta percepção não é da menor importância para a região, principalmente quando notamos que durante a maior parte de sua história recente a mesma esteve muito pouco integrada. Seus objetivos, seja de crescimento econômico, seja de redução dos problemas sociais, sempre foram tratados de maneira isolada. Nesta seção será demonstrado que o subcontinente passa por um momento ímpar em sua história, no qual decisões fundamentais para seu futuro estão sendo tomadas. Os avanços e as alterações das iniciativas de integração apresentadas na seção anterior, deste modo, respondem a uma mudança de percepção da realidade mundial e regional.

Como esta mudança de percepção pode beneficiar a região, e quais os entraves a isto, são algumas das questões que se pretende responder a seguir.

Os anos atuais configuram um período de grandes transformações no espaço geopolítico mundial. Em nosso continente é clara a consolidação de uma crise de hegemonia. Crise não só da hegemonia americana<sup>8</sup>, mas também de uma série de políticas implementadas sobre a tutela deste país. A fase atual na América Latina pode ser caracterizada como um momento de busca popular de alternativas. As oligarquias que passaram progressivamente do modelo agrário-exportador, para a industrialização associada e, mais recentemente, usufruíram do alargamento de seus vínculos com a ciranda financeira internacional, tem enfrentado fortes resistências em alguns países da região (HOUTART, 2007, p. 6).

Por outro lado a economia americana apresenta fortes sinais de debilidade e sua preocupação constante com o Oriente Médio<sup>9</sup> vem impedindo-a de atuar intensivamente nas outras regiões do globo (MONIZ BANDEIRA, 2008). Todos estes fatores constituem um contexto favorável ao surgimento de novas perspectivas para a América Latina, mesmo diante dos efeitos da recente crise mundial (HOUTART, 2007).

Sem embargo, Ituassu (2006) ressalta a necessidade de que não se menospreze o poderio americano. Neste sentido, o autor destaca a gigantesca diferença do poder desta nação frente aos demais países. Apenas em termos militares, os EUA gastam, por ano, 450 bilhões de dólares na aquisição de armamentos, o que equivale à soma dos 15 maiores orçamentos militares subsequentes. Estes dados, afirma Ituassu (2006), seriam um forte indicativo de que caminhos nacionalistas isolados, que afrontem esta grande nação, não são os mais recomendados. Por seu turno, o autor argumenta que o próprio caminho nacionalista, isolado e de enfrentamento promovido pelos EUA, acabou abrindo brechas para manifestações alternativas que este país não consegue controlar. Este é o caso particular da nova cara política insurgiu na América Latina, como já foi expresso neste trabalho. Nesta linha, o atual

---

8. Mesmo a ascensão do Democrata Barack Obama, à presidência dos EUA, com toda a aura de reconstrução do modo de se relacionar com mundo, marcando o fim da “era Bush”, parece ainda não ter conseguido reconquistar sua hegemonia sobre o subcontinente, vivida durante o governo Clinton.

9. Durante os anos Bush com o Taleban e o Iraque e mais recentemente com o Irã.

momento estaria muito mais propício para a configuração de um sistema internacional de cooperação e relações transnacionais (ITUASSU, 2006).

A América Latina, neste contexto deve evitar cometer o mesmo equívoco dos EUA, de exacerbar nas respostas nacionalistas, aos problemas que são transnacionais. Em um cenário globalizado, como o atual, o papel desempenhado pelos Estados-Nacionais ganha novas vertentes. As formas tradicionais de soberania e legitimidade adquirem novos significados, pois cada vez menos o Estado pode responder isoladamente aos desafios do sistema global. Da mesma forma as políticas nacionalistas não são mais eficazes em prover os bens e serviços à população sem a cooperação internacional. Diante deste quadro, em vez de desaparecer, os Estados adquirem uma nova lógica de operação, tendo seu poder limitado frente à expansão das forças transnacionais. (MARIANO, 2007, p. 125).

*La economía es transnacional; la pobreza, el comercio y la inversión, también. Incluso si en la mayoría de los casos las empresas actúan con el apoyo –o incluso, la gerencia– del Estado, las redes de interacción económica son transnacionales. Al igual que la economía, la violencia también es transnacional: cualquier ciudadano de una gran ciudad latinoamericana sabe que el crimen atraviesa las fronteras. Las amenazas de enfermedades también son transnacionales, así como los desafíos al ambiente. (ITUASSU, 2006, p. 108)*

Em outras palavras, cabe a América Latina se aproveitar da janela que se abre, para a realização de políticas autônomas para enfrentar seus problemas de forma conjunta, reconhecendo antes de tudo que a maior parte dos mesmos é comum a todos os países da região e, portanto, tentar corrigi-los nacionalmente consiste num enorme desperdício de recursos. A ação conjunta destes países tende a reduzir os dispêndios com bens públicos, a partir de ganhos de escala e de eficiência, com base na troca e convergência de experiências. Por outro lado as ações conjuntas tendem a ampliar a legitimidade das políticas e dos governos, tanto nacional, como internacionalmente (ITUASSU, 2006, p. 108).

Ainda sobre o mesmo ponto, Serrano (2005), mostra que diante do desenvolvimento da mundialização e do comércio internacional, as



integrações regionais possibilitam uma inserção mundial mais soberana, melhoram as relações comerciais, produtivas e políticas e geram maior capacidade de negociação, o que não seria possível para cada país em separado. E acrescenta que o progressivo debilitamento dos Estados para planejar e levar a cabo políticas independentes e autônomas, assim como a ampliação dos problemas que extrapolam as fronteiras nacionais torna necessário que os países se agrupem para cooperar e desenvolver ações coordenadas, que lhes permitam sobreviver em um mundo cada vez mais interdependente e ao mesmo tempo excludente.

Diante deste quadro, se a integração se mostra imprescindível para os países desenvolvidos, ela aparece como ainda mais importante para as nações mais pobres e, portanto, com mais problemas a serem resolvidos. Como deixa claro Serrano (2005: 5):

*En este escenario, la integración regional de los países subdesarrollados adquiere pleno sentido como mecanismo de defensa ante el peligro de un aislamiento mundial aún mayor y como instrumento de diversificación de los riesgos que asumen las naciones en un contexto económico internacional cargado de incertidumbre.*

Com a integração se abrem grandes possibilidades de cooperação em matéria de infraestrutura, energia, complementação industrial e agrícola, políticas para o meio ambiente, combate à pobreza e à exclusão social, fontes de financiamento para o desenvolvimento, segurança, educação, cultura, ciência e tecnologia. Estas formas de cooperação, entretanto, exigem formas de institucionalização integradas (UNASUR, 2008b).

A integração, nestes termos, passa a ser apresentada como uma expressão especial do processo de desenvolvimento da região. Com ela abre-se espaço para uma postura que não seja nem o isolamento nacionalista, nem a submissão às decisões externas. Neste sentido integração e desenvolvimento se fundem em uma unidade indissolúvel, apoiando-se reciprocamente. Em outras palavras, a oportunidade aberta por este momento histórico permite que o desenvolvimento se construa não para dentro, tampouco de fora para dentro, mas sim de dentro para fora. Este modelo permite a região desenvolver-se com suas próprias forças, dotando-a de condições para uma melhor relação com as outras regiões do planeta (ROCHA 2004, p. 70). Para seguir este

caminho, o processo de integração deve avançar para a fase política, para a construção de novos canais de participação que garantam aos grupos de interesse sociais a possibilidade de intervenção nos processos (MARIANO, 2007, p. 143). Estes mecanismos tendem a dar corpo ao processo de integração dos Estados-Nacionais capacitando-os para a realização das políticas necessárias. Assim, as pressões externas e a percepção das dificuldades em resolver os problemas sozinho, frente às economias em enfrentá-los conjuntamente, devem ser os motores a dar os incentivos à integração entre os países.

A alternativa a esta aproximação, adaptação e cooperação dos Estados-Nacionais consiste na redução completa da autonomia dos países isolados, frente aos blocos de poder mais avançados, sejam eles, outros Estados-Nacionais, ou mesmo organismos privados transfronteiriços. Sem a integração a tendência é que a globalização aprofunde as assimetrias entre os países e contribua para a marginalização econômica, social e política dos mais frágeis.

Se, como vimos, existem fatores de grande relevância que sugerem a eficácia da integração no combate aos problemas comuns. Se, por sua vez, a queda relativa da hegemonia americana, que não deve ser entendida como espaço para ascensão de projetos nacionalistas, gerou a oportunidade para desenvolvimento de alternativas regionais na América Latina. Ainda, se em vários dos países da região florescem governos simpáticos ao tema. Por que é possível afirmar que ainda há muito caminho a ser percorrido no que tange a nossa integração?

Para responder a esta pergunta é necessário realizar uma rápida distinção de que integração estamos falando. De acordo com Serrano (2005) uma integração comercial dos países latino-americanos, como parte do processo de globalização, que apenas significasse o estabelecimento da livre circulação de bens e serviços, a eliminação das tarifas externas, das barreiras alfandegárias, e o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum, seria muito mais simples de ser alcançada. Entretanto, como já vimos na seção anterior, até mesmo, integrações comerciais que foram projetadas durante dos anos 80 e 90 esbarraram em problemas internos e não avançaram a contento. Vide os casos do Mercosul e da CAN, nos anos 1990.

No entanto, o que a análise de Serrano (2005) pretende apresentar está no fato de que uma integração nestes moldes, não atenderia a todos os

requisitos indispensáveis ao desenvolvimento da região. Apenas o estabelecimento de um mercado comum já exigiria um compromisso social, e cultural por parte dos Estados, na busca da eliminação das desigualdades, do bem-estar e do tratamento com a natureza (SERRANO, 2005). Em síntese, faz-se necessário uma integração que vá muito além do comercial, o que torna o processo bem mais complexo.

Ituassu (2006) incorpora como fatores indispensáveis ao processo de integração, a educação básica e universal, a saúde eficiente, a segurança pública, a justiça e o crédito. Neste contexto defende a institucionalização de um canal de comunicação entre os Bancos Centrais para evitar ou reduzir a exposição às crises financeiras e para facilitar o crédito. Faz-se necessária, segundo o autor, ainda a ampliação dos esforços para desenvolver a infraestrutura regional, em especial para o movimento de pessoas e a facilitação das transações comerciais.

Os acordos comerciais são importantes, porém sem integração física não há integração. É o que afirma Gadea Duarte (2008, p. 58). A construção de uma agenda comum de ações e projetos visando à integração física é essencial. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) é um avanço, mas ainda necessita ser incrementada. Neste sentido, não basta a construção de corredores para facilitar o fluxo de cargas e de turistas. Deve-se criar espaços que propiciem o desenvolvimento da região, principalmente de seus rincões mais pauperizados. Este aspecto vai além da infraestrutura, requer uma agenda interna de promoção do desenvolvimento, requer ações e políticas públicas de Estado que façam possível o máximo aproveitamento dos recursos regionais (GADEA DUARTE, 2008, p. 58).

Diante deste formato mais “duro” de integração o processo torna-se mais complexo, residindo aí a chave para a resposta da pergunta assinalada. Se, como foi dito, um processo de integração meramente comercial teria, ao menos em tese, um terreno mais fértil para progredir, uma integração como a que estamos apresentando ainda esbarra em algumas questões políticas. A principal delas reside no desencontro, ainda existente, entre as matizes ideológicas e estratégias dos governos da região. Estas diferenças se cristalizam em visões distintas sobre a forma e o conteúdo que deveria adotar a integração regional. Explica-se aí a proliferação de um sem número de acordos, de siglas, de organismos sub-regionais, cada qual envolvendo determinados países e com determinados objetivos (ALADI, 2008). O que é

claro ao menos até o momento é a ausência de um acordo para avançar em um projeto comum. É importante destacar algumas diferenças básicas dos governos da região para que se entenda os obstáculos ao aprofundamento da integração. De um lado alguns países, em particular México, Colômbia e ao que tudo indica o Chile de Piñera, estratégicos para a região, se encontram fortemente vinculados às políticas neoliberais e à tutela americana. Nestes países existe pouca, ou nenhuma, simpatia às novas propostas autônomas e, pouco comprometidas com os interesses dos EUA. A conduta internacional dos mesmos é de total alinhamento a este país. Como dito, estas nações, entretanto, são pontos chaves no processo de integração continental, não apenas por estarem entre as principais economias do continente, mas por terem muito a oferecer, em termos de recursos - materiais ou não - indispensáveis para a consecução do desenvolvimento regional. Por seu turno, o atual governo do Peru, também não demonstra nenhum entusiasmo com o avanço de um processo de integração para além do comercial, devido, principalmente, ao fato de estar mais fortemente ligados aos EUA, e a regiões externas ao continente. Ainda, alguns governos, mesmo interessados no avanço da integração apresentam ressalvas quanto às ideias mais ousadas, advindas dos governos de Venezuela, Bolívia e Equador. Neste quadro podemos citar Brasil, Argentina e Uruguai, que preferem manter certa distância do chamado pensamento bolivariano encabeçado por Hugo Chávez, da Venezuela. Estas diferenças dificultam o avanço de qualquer projeto integracionista, na medida que poucos governos aceitam reduzir a soberania nacional na construção de organismos supranacionais, temerosos que são de que tais instituições possam acabar sob o controle de grupos antagônicos ao seu grupo de poder (MALAMUD, 2009).

Uma das consequências imediatas desta situação encontra-se no fato de que em praticamente todos os organismos multilaterais da América Latina, inclusive na UNASUL, a instância máxima de decisões consiste no colegiado dos presidentes dos países membros. No caso da UNASUL, todas as decisões tomadas devem ser aprovadas por consenso. Ou seja, uma única posição contrária, entre os doze países, inviabiliza um projeto. A proposta de certo grau de supranacionalidade foi apresentada, mas não obteve o consenso necessário, precisamente porque significava acender a um organismo supranacional o poder decisório, que hoje se encontra nas mãos de cada um dos Estados membros (SÓLON, 2008, p. 14).

Certamente este excessivo resguardo torna muito mais moroso e, por vezes inviável, diversos avanços no processo. Tal mecanismo, no entanto, é utilizado como proteção por países que, a despeito de participarem do grupo a fim de integrar a divisão de seus frutos, preferem se acautelarem diante de alguns projetos mais ousados. Este foi justamente o caso, no processo de estabelecimento da Secretária Geral (SG) da UNASUL. Mesmo com uma proposta majoritária de criação de uma secretaria forte e bem estruturada, a ausência de consenso levou a aprovação de uma SG reduzida, com um orçamento de três milhões anuais, o que comparados com os 5,4 milhões com que conta a modesta Secretária Geral da CAN, deixa claro que a proposta foi a de minguar a SG da UNASUL, mantendo todo o poder decisório nas mãos dos presidentes dos países membros (CARDONA, 2008, p. 24).

O caso da criação do Banco do Sul também é simbólico para demonstrar as dificuldades nestes processos. A proposta de fundação do Banco apresentada pela Venezuela foi recebida inicialmente com grande ressalva por parte de vários países, relutantes em apoiar um projeto advindo do presidente Chávez. A criação do Banco, entretanto, acabou sendo firmada em 2007, mas não contou com a aprovação de todos os membros da UNASUL, o que fez com que o mesmo fosse institucionalizado fora do escopo desta organização (CARDONA, 2008, p. 27). Por seu turno, outras questões de ordem técnica, mas também diversos entraves políticos não permitiram que o Banco fosse capitalizado em um curto espaço de tempo. Na verdade, nem questões básicas, como as pertinentes à composição de seu quadro técnico, ou mesmo de seus mecanismos de funcionamento estão completamente estruturadas, o que vem atrasando o início de suas operações (UGARTECHE, 2008). Uma maior celeridade na capitalização e no início das operações do Banco certamente poderia ter reduzido os impactos da crise de 2008 nos países da região. Sendo a redução do crédito internacional um dos principais meios pelos quais a crise chegou a nossa região, poderia o Banco ter servido de amortecedor, ampliando sua oferta de crédito neste momento crítico.

Sem embargo, o que este trabalho vem argumentando é que existem fortes indícios de que a integração regional, para além dos fatores comerciais, consiste atualmente na melhor estratégia para os países realmente comprometidos em desenvolver-se e resolver seus problemas econômicos e sociais. Por seu turno, o momento histórico abre espaços para que tal processo

seja aprofundado. Diversos países da região mostram-se empenhados em capitaneá-lo. Entretanto, por razões de ordem política, no caso, o temor de alguns governos em empenharem passos mais longos, grande parte deste processo ainda não saiu do papel. Vários avanços já foram realizados, como foi expresso na primeira seção deste trabalho. Contudo, muitos obstáculos ainda estão no caminho, impedindo a realização mais acelerada da construção de instituições supranacionais que poderão imprimir uma velocidade muito maior ao processo. A relutância em fortalecer as instituições supranacionais, como visto na institucionalização do Conselho de Presidentes como órgão máximo de deliberação da UNASUL, ou ainda no enxugamento de sua Secretária Geral, o que acarreta a morosidade na concretização dos projetos, como visto com o Banco do Sul, reside no maior entrave à oportunização da integração para o desenvolvimento econômico e social da região.

### **Considerações Finais**

Este trabalho apresentou uma breve apreciação acerca da integração regional na América Latina. Nele se esposou a tese de que no período recente uma série de fatores tornou latente para grande parte dos governantes da região e estudiosos do assunto, que a integração deve ser buscada enquanto meio de acelerar e facilitar a solução dos problemas da região. Para tanto, se fez *mister* aclarar que a maior parte das mazelas encontradas em cada país da região é extensiva a todos os seus vizinhos. Daí se depreende que os problemas são supranacionais e, portanto, as soluções também devem sê-las. Por outro lado a percepção de que a exposição isolada de cada país à globalização, como ocorreu durante toda a década de 1990, só tende a aprofundar seus problemas e tornar o Estado cada vez mais incapaz de resolvê-los. A integração mostra-se cada vez mais a melhor alternativa.

Tendo esta percepção como pando de fundo, foi apresentada a recente profusão de projetos integracionistas, tendo-os contextualizados diante da história contemporânea de propostas similares. Nesta contextualização ficou latente como estes projetos rompem com o formato meramente comercial que marcou praticamente todas as ações similares desde os anos de 1960.

Ainda assim, os avanços poderiam ser maiores. Foi mostrado que a existência de governos ainda alinhados a potências externas e às políticas delas derivadas inviabilizam uma aceleração maior da integração. Da mesma forma diferenças ideológicas ou mesmo de pragmatismo político tem se cristalizado na dispersão dos esforços em vários eixos de integração. Isto ocorre, pois dadas as divergências de conteúdo e *timing*, quanto a institucionalização da integração a mesma acaba ocorrendo de forma paralela em várias organizações sobrepostas, diversas e mal-articuladas. Daí a origem de uma série de siglas com poucos efeitos concretos.

Diante destas divergências até mesmo as instituições criadas não conseguem avançar para a supranacionalidade. As decisões ficam sempre controladas pelos presidentes de cada país, e não se concretiza a transferência de soberania em nome do grupo. Nestes termos, apenas a institucionalização da UNASUL, o que ainda não ocorreu, e o fortalecimento de seus fóruns decisórios supranacionais, já seriam um enorme passo na direção da união da região. Esta entidade mesmo reunindo apenas os países da América do Sul, possui, como já foi dito neste trabalho, o anseio de incorporar futuramente todos os países da América Latina.

Se ainda há obstáculos no caminho, também há motivos para vislumbrar um futuro comum. A percepção de que a integração não é apenas um objetivo ideológico que se justifique em si mesmo, mas sim um horizonte seguro para a solução dos problemas comuns aos países da região, faz dela uma meta irrefreável por qualquer governo comprometido com o bem-estar de seus povos. Mais que nunca, o sonho de uma América Latina unida parece não só viável, mas, fundamental para a prosperidade futura da região.

### **Referências Bibliográficas**

ACTA **Fundacional del Banco del Sur**. Disponível em [www.integracionsur.com](http://www.integracionsur.com). Acessado em 25/03/2009.

ALADI. **Informe del Secretario General sobre la Evolución del Proceso de Integración Regional Durante el Año de 2007**. (2008) Disponível em [www.aladi.org](http://www.aladi.org) Acessado em 07/03/2009.

- BRAGA, Márcio Bobik. Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Anais do Encontro Nacional da ANPEC de 2001**, Salvador, 2001.
- CAN. **Cronologia Temática**. Disponível em [www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org). Acessado em 25/03/2009a.
- CAN. **Reseña Histórica**. Disponível em [www.comunidadandina.org](http://www.comunidadandina.org). Acessado em 25/03/2009b.
- CARDONA, Diego Cardona. El ABC de UNASUR: doce preguntas y respuestas. In: **Revista de la Integración**. SG/CAN, N. 2, jul. 2008, p. 19-30.
- CEPAL (1959). A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000
- CORRÊA, Rafael. **Banco del Sur**. Discurso realizado em 09/dez./2007 em Buenos Aires/Argentina. Disponível em: [www.presidencia.gov.ec/discursos](http://www.presidencia.gov.ec/discursos). Acessado em: 17/03/2009.
- DUHALDE, Eduardo. Perspectivas para o Mercosul. In: **Diplomacia Estratégia Política** (DEP), N. 2, Brasília, jan./mar. 2005, p. 5-28
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho**: Desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul. Porto Alegre: UFRGS Editora/FEE, 2004.
- GADEA DUARTE, Rosario Santa. Integración Suramericana y Globalización: el papel de la infraestructura. In: **Revista de la Integración**. SG/CAN, N. 2, jul. 2008, p. 45-61.
- HOUTART, François. **De la Resistencia a las Alternativas en América Latina: un desafío para el análisis social**. Texto presentado en el Congreso de ALAS (Asociación Latinoamericana de Sociología), en Guadalajara, en Agosto 2007. Disponível em [www.lahaine.org](http://www.lahaine.org). Acessado em 29/03/2009.
- ITUASSU, Arthur. Estados Unidos, la integración latinoamericana y el lugar de Brasil. In: **Nueva Sociedad**. N. 206, nov/dic 2006, p. 94-109.
- KUME, Honorio; PIANI, Guida. Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre comércio. In: **Revista de Economia Política** V. 25, N. 4 (100), out/dez 2005, p. 370-390.
- MALAMUD, Carlos. **Los frenos a la integración regional en América Latina**. Disponível em [http://www.almendron.com/politica/pdf/2005/int/int\\_1476.pdf](http://www.almendron.com/politica/pdf/2005/int/int_1476.pdf). Acessado em 25/03/2009.



- MARIANO, Karina Paquariello. Globalização, Integração e o Estado. In: **Lua Nova**, São Paulo, N. 71, 2007, p. 123-168.
- MATHIAS, Suzeley Kalil, GUZZI, André Cavaller e GIANNINI, Renata Avelar. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, IBRI: Brasília, V. 51, n. 1, 2008, p.70-86.
- MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto Dimensión estratégica y política externa de los Estados Unidos In: **La Onda digital de Montevideo**. Dezembro de 2008.
- ROCHA, Alberto. Un dilema político en la encrucijada histórica del proceso de integración regional de América Latina y el Caribe. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 64-87.
- SERBIN, Andrés. Entre UNASUR y ALBA: ¿otra integración (ciudadana) es posible? In: MESA, Manuela (org.) **Paz y Conflicto en siglo XXI**: tendencias globales. Anuario 2007-2008, Madrid: CEIPAZ/Icaria, 2007.
- SERRANO, José Antonio Segrelles. La Integración Regional de América del Sur: una comunidad sudamericana de naciones frente a la creación del Área de Libre Comercio de las Americas (ALCA). **Actas Latinoamericanas de Varsovia**, t. 28, Facultad de Geografía y Estudios Regionales, Universidad de Varsovia, 2005, pp.123-147.
- SG/CAN – Grupo de Estadística. Principales indicadores de la SG/CAN de Naciones Suramericanas, 1998-2007. In: **Revista de la Integración**. SG/CAN, N. 2, jul. 2008, p. 62-75.
- SOLÓN, Pablo. Reflexiones a mano alzada sobre el Tratado de UNASUR. In: **Revista de la Integración**. SG/CAN, N. 2, jul. 2008, p. 12-18.
- TIZÓN, Allan Wagner. Comunidade Andina: integração para o desenvolvimento na globalização. In: **Diplomacia Estratégia Política (DEP)**, N. 2, Brasília, jan./mar. 2005, p. 157-175.
- UGARTECHE, Oscar. Entre la realidad y el sueño: la construcción de una arquitectura financiera sudamericana In: **Nueva Sociedad**. N. 217, sep/oct 2008, p. 14-24.
- UNASUR. Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas. In: **Revista de la Integración**. SG/CAN, N. 2, jul. 2008a, p. 139-149.
- UNASUR: una mirada desde la sociedad civil. In: **Revista de la Integración**. SG/CAN, N. 2, jul. 2008b, p. 76-77.